Diário Oficial

Maceio - Quinta-feira
2 de Outubro de 2014
Edição Eletrônica Certificada Digitalmente conforme LEI N° 7.397/2012

Estado de Alagoas
Unidade Federativa do Brasil

Assinado digitalmente pela
COMPANHIA DE EMPREENDIMENTOS, INTERMEDIAÇÃO E PARCERIAS DE ALAGOAS - CEPAL
Data: Quinta-feira, 2 de Outubro de 2014 às 0:00:00

Ano 102 - Número 188

Ministério Público

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR -GERAL DE JUSTIÇA
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

SUBPROCURADOR GERAL JUDICIAL
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

SUBCORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
VICENTE FELIX CORREIA

OUVIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO
LUIZ BARBOSA CARNAÚBA
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA
DILMAR LOPES CAMERINO
DENNIS LIMA CALHEIROS
VICENTE FELIX CORREIA
JOSÉ ARTUR DE MELO
EDUARDO TAVARES MENDES
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ
MARCOS BARROS MÉRO
WALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY
DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ - **PRESIDENTE**
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
DILMAR LOPES CAMERINO
AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO
MARCOS BARROS MÉRO
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
ANTÔNIO JORGE SODRÉ VALENTIM DE SOUZA

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR
LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 1º CAO
LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 2º CAO
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
STELA VALÉRIA SOARES DE FARIAS CAVALCANTI

CHEFE DE GABINETE
ALMIR JOSÉ CRESCENCIO

DIRETOR GERAL
CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO
IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO
JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
ARTUR TAVARES DE CARVALHO BARROS

DIRETORA DE PESSOAL
DILMA ALVES DE QUEIROZ

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS

CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA
ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO
JANAINA RIBEIRO SOARES

DIRETOR DA CONTROLADORIA INTERNA
MARCUS ROBSON NASCIMENTO COSTA

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. SÉRGIO JUCÁ, DESPACHOU, NO DIA 1º DE OUTUBRO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTES PROCESSOS:

Proc: 1708/2011.
Interessado: Procuradoria Regional do Trabalho da 19ª Região.
Assunto: Encaminhamento de documentos (Representação nº 000230.2010.19.000.3).
Despacho: Devolvam-se os autos à 22ª Promotoria de Justiça da Capital.

Denúncia Anônima nº 19/2014.
Interessado: Anônimo.
Assunto: Denuncia de irregularidades.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 3366/2014.
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.
Assunto: Encaminhamento de documentos (NF nº. 1.11.000.000373/2014-55).
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 3615/2014.
Interessado: Juízo de Direito da 1ª Vara de Porto Calvo.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Aguarde-se o cumprimento do solicitado através do Ofício nº 615/2014 - GAB/PGJ.

Proc: 3627/2014.
Interessado:Assessoria de Cerimonial desta PGJ.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho:Acolho o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Licitações. Compras. Aquisição de mastro, para atender às necessidades do auditório da sede das Promotorias de Justiça da Capital. Termo de referência. Regularidade. Justificada a necessidade da aquisição. Orçamento nº 76/2014, elaborado pelo setor de compras contendo 3 (três) cotações de preços no mercado local. Aplicação do art. 24, inciso II, c/c art. 23, inciso II, alínea "a" da Lei nº 8.666/93. Possibilidade de contratação direta pelo menor preço, apresentado pela pessoa jurídica "Bandeira Hum Confecções Eireli - EPP", no valor total de R$ 530,00 (quinhentos e trinta reais). Existência de disponibilidade orçamentária e financeira para o atendimento da despesa. Pelo deferimento condicionado."

Proc: 3785/2014.
Interessado: 1ª Promotoria de Justiça da Capital.
Assunto: Requerimento de publicação no Diário Oficial.
Despacho: Defiro. À Assessoria do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça para as providências cabíveis. Após, arquive-se.

Proc: 3790/2014.
Interessado: 4ª Promotoria de Justiça da Capital.
Assunto: Requerimento de publicação no Diário Oficial.
Despacho: Defiro. À Assessoria do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça para as providências cabíveis. Após, arquive-se.

Proc: 3808/2014.
Interessado: 4ª Promotoria de Justiça da Capital.
Assunto: Requerimento de publicação no Diário Oficial.
Despacho: Defiro. À Assessoria do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça para as providências cabíveis. Após, arquive-se.

Proc: 3858/2014.
Interessado: Dr. Saulo Ventura de Holanda, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerimento de diárias.
Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, arquive-se.

Proc: 3867/2014.
Interessado: Dr. Maurício Amaral Wanderley, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerimento de diárias.
Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, arquive-se.
Proc: 3887/2014.
Interessado: Prefeitura Municipal de São José da lage.
Assunto: Requerimento de Adesão da Ata de Registro de Preço nº 13/2013.
Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa:"Administrativo. Pedido de adesão da Ata de Registro de Preço PGJ nº 13/2013, que tem por objeto a futura e eventual contratação de serviço de telefonia móvel pessoal (SMP). Informação do gestor da ata. Existência de saldo disponível. Ata vigente. Aplicação do art. 22 do Decreto nº 7.892/2013, alterado pelo Decreto n.º 8.250/2014. Possibilidade. Pelo deferimento e providências que o caso requer."

Proc: 3930/2014.
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.
Assunto: Encaminhamento de documentos (NF nº. 1.11.000.000575/2014-05).
Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à 58ª Promotoria de Justiça da Capital.

Proc: 3947/2014.
Interessado: Departamento de Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.
Assunto: Denúncia de irregularidades.
Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à 3ª Promotoria de Justiça de Palmeira dos Índios.

Proc: 3948/2014.
Interessado: Departamento de Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.
Assunto: Denúncia de irregularidades.
Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à Procuradoria da República em Alagoas.

Proc: 3988/2014.
Interessado: Diógenes Alves Paes.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 3990/2014.
Interessado: Dr. Flávio Gomes da Costa, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerimento de diárias.
Despacho: Em face da desistência manifestada à fl. 5, arquive-se.

Proc: 3992/2014.
Interessado: Diretoria de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça.
Assunto: Provimento de cargo público.
Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa:"Administrativo. Servidor Público. Pedido de Provimento de cargos públicos. Nomeação. Cargo vago, criado pela Lei Estadual nº 7.245/2011. Existência de concurso público com prazo de validade vigente. Obedecida a ordem de classificação. Pela possibilidade jurídica de edição do ato de provimento originário pretendido, sugerindo a evolução dos autos à Diretoria de Pessoal para adoção das medidas ao cumprimento dos requisitos necessários à posse, insertos nos itens 09 e 10 do Edital de nº 1/2011 do 2º Concurso Público de Servidores efetivos do Ministério Público do Estado de Alagoas".

Proc: 3993/2014.
Interessado: Diretoria de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça.
Assunto: Provimento de cargo público.
Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa:"Administrativo. Servidor Público. Pedido de Provimento de cargos públicos. Nomeação. Cargo vago, criado pela Lei Estadual nº 7.245/2011. Existência de concurso público com prazo de validade vigente. Obedecida a ordem de classificação. Pela possibilidade jurídica de edição do ato de provimento originário pretendido, sugerindo a evolução dos autos à Diretoria de Pessoal para adoção das medidas ao cumprimento dos requisitos necessários à posse, insertos nos itens 09 e 10 do Edital de nº 1/2011 do 2º Concurso Público de Servidores efetivos do Ministério Público do Estado de Alagoas".

Proc: 4027/2014.
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.
Assunto: Encaminhamento de documentos (PR-AL 12535/2014).
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 4029/2014.
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.
Assunto: Encaminhamento de documentos (PR-AL 11289/2014).
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 4030/2014.
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.
Assunto: Encaminhamento de documentos (PR-AL 12536/2014).
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 4031/2014.
Interessado: AL Previdência.
Assunto: Encaminhamento de documentos.
Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 4064/2014.
Interessado: Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas.
Assunto: Encaminhamento de documentos (cópia da Reclamação nº 93/2012).
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 4086/2014.
Interessado: Juízo de Direito da 3ª Vara de Rio Largo.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Ao Dr. Edelzito Santos Andrade, Assessor Especial da Procuradoria Geral de Justiça.

Proc: 4089/2014.
Interessado: Thiago Henrique Austregésilo de Athayde Chada, Gestor da Ata de Registro de Preços nº 11/2014.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Acolho o parecer da Consultora Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Licitações e Contratos. Compras. Pedido de Empenho para confecção e fornecimento de dezesseis (16) carimbos em plástico com reabastecimento automático, contante na Ata de Registro de Preços nº 11/2014, lote único, do pregão eletrônico nº 25/PGJ/2013 para atender a demanda do Ministério Público de Alagoas. Contratação a ser realizada através do Sistema de Registro de Preços - SRP. Pelo deferimento, sugerindo ulterior emissão do empenho, bem como que o procedimento evolua às Diretorias de Programação e Orçamento e Contabilidade e Finanças, para as providências cabíveis".
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 30 de setembro de 2014.

Proc: 4093/2014.
Interessado: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA.
Assunto: Encaminhamento de cópia de peças do Proc. nº 02003.000369/2014-21-IBAMA/SUPES/AL.
Despacho: À 3ª Promotoria de Justiça de São Miguel dos Campos.

Proc: 4102/2014.
Interessado: Ministério Público do Estado de Pernambuco.
Assunto: Encaminhamento de denúncia.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 4106/2014.
Interessado: Secretaria de Estado da Fazenda.
Assunto: Encaminhamento do relatório da Receita Corrente Líquida relativa ao 2º quadrimestre do exercício de 2014.
Despacho: À DPO/DCF para conhecimento.

Proc: 4109/2014.
Interessado: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA.
Assunto: Encaminhamento de cópia do Proc. nº 02003.000167/2012-18-IBAMA/SUPES/AL.
Despacho: À Promotoria de Justiça de São Sebastião.

Proc: 4111/2014.
Interessado: Corregedoria Geral da Justiça.
Assunto: Encaminhamento de documentos (cópia do Ofício nº 296-139/2014).
Despacho: Ao Dr. Edelzito Santos Andrade, Assessor Especial da Procuradoria-Geral de Justiça.

Proc: 4121/2014.
Interessado: 21ª Promotoria de Justiça Criminal da Capital.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À 26ª Promotoria de Justiça da Capital.

Proc: 4124/2014.
Interessado: Departamento de Polícia Federal/Superintendência Regional de Alagoas.
Assunto: Encaminhamento de documentos.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 4130/2014.
Interessado: Comissão de Direitos Humanos OAB/AL.
Assunto: Encaminhamento de documentos.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 4169/2014.
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.
Assunto: Encaminhamento de documentos (Inquérito Civil nº 1.11.000.000620/2013-32).
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 4170/2014.
Interessado: Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso do Sul.
Assunto: Encaminhamento de documentos (NF MPF/PRMS/PRDC nº. 1.21.000.001432/2014-03).
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 1º de outubro de 2014.

ANDRESSA LOUREIRO DE MENDONÇA ALVES
Assessora Técnica desta Procuradoria-Geral de Justiça.

Protocolo 99970

ATO DE NOMEAÇÃO Nº 57/2014

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996, e tendo em vista o contido no Proc. PGJ nº 3993/2014, RESOLVE nomear em caráter efetivo e em virtude de aprovação em concurso público THIAGO ALVES DA SILVA, portador do CPF nº 054.197.544-79, para exercer o cargo de Técnico do Ministério Público, Código AE-104-PGJ, Região 01 - Maceió, do Quadro de Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público, criado pela Lei nº 7.245/2011.
Procuradoria-Geral de Justiça, em Maceió, 30 de setembro de 2014.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

ATO DE NOMEAÇÃO Nº 58/2014

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996, e tendo em vista o contido no Proc. PGJ nº 3993/2014, RESOLVE nomear em caráter efetivo e em virtude de aprovação em concurso público CARLA FERNANDA ROCHA DE ARAÚJO, portadora do CPF nº 069.149.034-17, para exercer o cargo de Técnico do Ministério Público, Código AE-104-PGJ, Região 01 - Maceió, do Quadro de Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público, criado pela Lei nº 7.245/2011.
Procuradoria-Geral de Justiça, em Maceió, 30 de setembro de 2014.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo 99953

ATO DE DESEFICACIZAÇÃO Nº 7/2014

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pelo art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996 e em face do constante do Proc. PGJ nº 3324/2014, resolve deseficacizar o Ato de Nomeação nº 47/2014, de 19 de agosto de 2014, publicado no Diário Oficial do dia 20 de agosto subsequente, que nomeou JEFFERSON MÁRIO DA SILVA SOARES, para exercer o cargo de Técnico do Ministério Público, Código AE-104-PGJ, do Quadro de Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público, criado pela Lei nº 7.245/11, na Região 1 - Maceió.
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 30 de setembro de 2013.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo 99956

Proc. nº PGJ/AL-3304/2014.

PORTARIA 4ª PJC Nº 29/2014

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através da 4ª Promotoria de Justiça da Capital, em face de representação formulada pelo Condomínio do Ed. Ana Maria cujo objeto é a poluição sonora causada pelo ar-condicionado do Cine Art Pajuçara, perturbando, desta forma, o sossego dos moradores do entorno.

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as presentes e futuras gerações.

CONSIDERANDO que a poluição sonora - causada pela emissão de ruídos acima dos padrões estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e pela Norma Brasileira Regulamentar- (NBR) 10.151 - provoca perturbação da saúde mental, ofendendo o meio ambiente e, consequentemente, afetando o direito difuso e coletivo, "à medida em que os níveis excessivos de sons e ruídos causam deterioração na qualidade de vida, na relação entre as pessoas, sobretudo quando acima dos limites suportáveis pelo ouvido humano ou prejudiciais ao repouso noturno e ao sossego público, em especial nos grandes centros urbanos".

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público tomar todas as medidas necessárias para a implementação do equilíbrio urbano, sejam elas positivas (provocando o Poder Público para a elaboração de planos, controlando a omissão pública e privada), sejam elas negativas (coibindo condutas dos diversos agentes envolvidos que de alguma forma intentem contra seus princípios) .

CONSIDERANDO que o Poder Público, dentre outras tarefas, tem o dever de combater a poluição em qualquer de suas formas (CF, art. 23, inc. VI); e controlar o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente (CF, art. 225, § 1.º, V).

CONSIDERANDO que estão sujeitos à realização prévia de Estudo de Impacto de Vizinhança os estabelecimentos de qualquer porte destinados ou que veiculem apresentações musicais, folclóricas, artísticas ou culturais, casas de cultos e igrejas ou ainda, que apresentem sonorização ambiente indispensável para o exercício de suas atividades (Lei Municipal nº 5.486/2005).

CONSIDERANDO a exigência legal de Autorização Ambiental Municipal para as atividades ou empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores ou degradantes do meio ambiente (art. 34 da Lei Municipal nº 4.548, de 21 de novembro de 1996 - Código Municipal de Meio Ambiente de Maceió).

CONSIDERANDO que a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81, art. 14, § 1.º) prevê a imposição, a todo e qualquer degradador do meio ambiente, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados, independentemente de existência de culpa.

CONSIDERANDO a existência de interesse do Ministério Público na apuração dos fatos, com o objetivo de implementação das medidas de âmbito civil preconizadas pelo art. 129, inciso III da Constituição Federal.

RESOLVE:

com espeque no art. 129, III, da Constituição Federal; art. 6º, I, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996; art. 2º, II, da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, instaurar o presente

INQUÉRITO CIVIL,

promovendo as diligências necessárias e passando a adotar as seguintes providências:

1 - autuação e registro da presente Portaria no Livro de Registro competente;

2 - comunicação da instauração do presente inquérito civil, através de ofício, ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, ao teor do art. 1º, § 2º, da Resolução nº 01/96, da PGJ, bem assim ao Exmo. Diretor do 1º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público;

3 - requisição de perícia de constatação de dano ambiental ao Exmo. Sr. Secretário Municipal de Proteção ao Meio Ambiente, com respostas aos quesitos a serem formulados, bem como de informações acerca da adequação do empreendimento com as normas urbanísticas ao Secretário Municipal de Controle e Convívio Urbano;

4 - juntada aos autos da representação formulada e demais documentos;

5 - designa-se o servidor Alexandre Borba, Analista deste Ministério Público para secretariar os trabalhos do presente Inquérito Civil;

6 - designa-se o dia 20 de outubro de 2014, às 10:00 horas, para realização de audiência objetivando propor ajuste de conduta às exigências legais, notificando-se SEMPMA, SMCCU, reclamante e reclamada;

7 - por fim, oficie-se ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, solicitando a publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas, na forma do art. 7º da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 02 de setembro de 2014.

ALBERTO FONSECA
Promotor de Justiça

Protocolo 99804

PORTARIA PGJ nº 1.011, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE designar o Dr. ALBERTO FONSECA, 4º Promotor de Justiça da Capital, e a Dra. LAVÍNIA SILVEIRA DE MENDONÇA FRAGOSO, 5ª Promotora de Justiça da Capital, para comporem a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado de Alagoas, na condição de titular e suplente, respectivamente, referente ao biênio 2014/2015.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 1.012, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor do Dr. MAURÍCIO AMARAL WANDERLEY, 7º Promotor de Justiça de Arapiraca, de 3ª entrância, portador do CPF nº 178.787.724-87, matrícula nº 69166, ½ (meia) diária, no valor de R$ 195,79 (cento e noventa e cinco reais e setenta e nove centavos), e 3 (três) meias diárias no valor unitário de R$ 217,55 (duzentos e dezessete reais e cinquenta e cinco centavos), perfazendo um total de R$ 848,44 (oitocentos e quarenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Quebrangulo, nos dias 7, então 2º Promotor de Palmeira dos Índios, de 2º entrância, 14, 21 e 28 de agosto do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Quebrangulo, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 350, de 14 de abril de 2014, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 1.013, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor do Dr. SAULO VENTURA DE HOLANDA, 9º Promotor de Justiça de Arapiraca, de 3ª entrância, portador do CPF nº 630.155.104-44, matrícula nº 69079, 5 (cinco) meias diárias, no valor unitário de R$ 217,55 (duzentos e dezessete reais e cinquenta e cinco centavos), perfazendo um total de R$ 1.087,75 (hum mil e oitenta e sete reais e setenta e cinco centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Feira Grande, nos dias 4, 13, 18, 22 e 25 de agosto do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Feira Grande, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 517, de 02 de junho de 2014, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 1.014, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE, em face da revogação da Portaria PGJ nº 367, de 24 de abril, pela Portaria PGJ nº 885, de 8 de setembro, ambas do corrente ano, determinar ao setor competente que providencie a redistribuição dos processos nºs 0802113-72.2014.8.02.0000; 0704259-46.2012.8.02.0001; 0700486-80.2013.8.02.0090; 0000077-98.2013.8.02.0041; 0000030-15.2009.8.02.0058; 0002774-80.2009.8.02.0058; 0000661-22.2009.8.02.0037; 0801370-62.2014.8.02.0000; 0801960-39.2014.8.02.0000; 0006209-05.2010.8.02.0001; 0000504-65.2011.8.02.0203; 0802108-50.2014.8.02.0000; 0001076-05.2010.8.02.0058, em tramitação na 2ª Câmara Cível, e os processos nºs 0000786-49.2010.8.02.0006; 0801101-39.2014.8.02.0900; 0801479-76.2014.8.02.0000; 0003736-12.2011.8.02.0001; 0037173-15.2009.8.02.0001; 0801348-04.2014.8.02.0000; 0000037-60.2011.8.02.0050; 0801074-56.2014.8.02.0900; 0500868-75.2007.8.02.0055; 0006373-04.2009.8.02.0001; 0017911-11.2011.8.02.0001; 0089854-93.2008.8.02.0001; 0700472-96.2013.8.02.0090; 0505793-44.2007.8.02.0046; 0802379-59.2014.8.02.0000, em tramitação na 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo 99966

==========

PROTOCOLO GERAL

==========

AO(S) '01' DIA(S) DO MÊS DE OUTUBRO O FUNCIONÁRIO
COMPETENTE DESTE SETOR DE PROTOCOLO,PROCEDEU
A DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA,ATÉ AS DEZESSEIS E
TRINTA, DOS SEGUINTES PROCESSOS ABAIXO
RELACIONADO(S):

CÂMARA CRIMINAL

0020222-38.2012.8.02.0001
APELAçãO CRIMINAL
CAPITAL
APETE :
PAULO ROBERTO DA SILVA SANTOS
APEDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :01/10/2014 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 01/10/2014
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DILMAR LOPES CAMERICO

TRIBUNAL PLENO CÍVEL

0801164-98.2013.8.02.0900
MANDADO DE SEGURANçA (TPC)
CAPITAL
IMPTE :
RICARDO MARTINS PEREIRA
IMPEDO :
DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGREGIO TRIBUNAL
DE JUSTIçA DO ESTADO DE ALAGOAS
Entrada :01/10/2014 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 01/10/2014
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

TRIBUNAL PLENO CÍVEL

0801507-44.2014.8.02.0000
MANDADO DE SEGURANçA (TPC)
CAPITAL
IMPTE :
IVALDO BUARQUE BARBOSA
IMPEDO :
MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE ALAGOAS
Entrada :01/10/2014 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 01/10/2014
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

TRIBUNAL PLENO CÍVEL

0801515-21.2014.8.02.0000
MANDADO DE SEGURANçA (TPC)
CAPITAL
IMPTE :
GERBA ALVES PEIXOTO DE MELO
IMPEDO :
MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE ALAGOAS
Entrada :01/10/2014 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 01/10/2014
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

TRIBUNAL PLENO CÍVEL

0802482-19.2013.8.02.0900
MANDADO DE SEGURANçA (TPC)
CAPITAL
IMPTE :
ALBERTO MENDES VIEIRA
IMPEDO :

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIçA
Entrada :01/10/2014 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 01/10/2014
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

TRIBUNAL PLENO CÍVEL

0802847-23.2014.8.02.0000
MANDADO DE SEGURANçA (TPC)
CAPITAL
IMPTE :
VANDERSON LUIZ DA SILVA
IMPEDO :
JUIZ DE DIREITO 16 ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL - EXECUçOES PENAIS
Entrada :01/10/2014 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 01/10/2014
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

TRIBUNAL PLENO CÍVEL

0802634-17.2014.8.02.0000
MANDADO DE SEGURANçA (TPC)
CAPITAL
IMPTE :
HUMBERTO VICTOR CAVALCANTE BERNARDES
IMPEDO :
JUIZ DE DIREITO DA 16ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA CAPITAL - EXECUçOES PENAIS
Entrada :01/10/2014 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 01/10/2014
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

TRIBUNAL PLENO CÍVEL

0803029-59.2013.8.02.0900
DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
CAPITAL
AUTOR :
GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS
REU :
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS
Entrada :01/10/2014 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 01/10/2014
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

TRIBUNAL PLENO CÍVEL

0500042-73.2014.8.02.0000
ARGUIçAO DE INCONSTITUCIONALIDADE
CAPITAL
ARGUINTE :
ESTADO DE ALAGOAS
ARGUIDO :
JOSE MAURICIO DA SILVA
Entrada :01/10/2014 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 01/10/2014
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL

0500276-89.2013.8.02.0000
CONFLITO DE JURISDIçAO
CAPITAL
SUSCITANTE:
JUIZO DA 15ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA CAPITAL
SUSCITADO :
JUIZO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA CAPITAL
Entrada :01/10/2014 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 01/10/2014
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL

0801036-44.2014.8.02.0900
REVISãO CRIMINAL
PAO DE ACUCAR
REQUERENTE:
DENISON GOMES CORREIA
:

Entrada :01/10/2014 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 01/10/2014
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

==========
TANIA MARIA GOMES
ASSESSORA ADMINISTRATIVA
==========

Protocolo 99921

==========
PROTOCOLO GERAL
==========
AO(S) '30' DIA(S) DO MÊS DE SETEMBRO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DESTE SETOR DE PROTOCOLO,PROMOVEU A DEVOLUÇÃO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA,ATÉ AS DEZESSEIS E TRINTA, DOS SEGUINTES PROCESSOS ABAIXO RELACIONADO(S)

3ª CAMARA CIVEL

0700693-55.2013.8.02.0001
APELAçãO CIVEL
CAPITAL
APETE :
N. P. F. F.
APEDO :
K. DE C. L.
Entrada :22/09/2014 Retirada :23/09/2014
Devolução :30/09/2014 Saidap/ TJ 30/09/2014

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 22/09/2014
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
JOSE ARTUR MELO

==========
TANIA MARIA GOMES
ASSESSORA ADMINISTRATIVA
==========

Protocolo 99922

==========

PROTOCOLO GERAL

==========

AO(S) '01' DIA(S) DO MÊS DE OUTUBRO O FUNCIONÁRIO
COMPETENTE DESTE SETOR DE PROTOCOLO,PROMOVEU
A DEVOLUÇÃO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA,ATÉ AS
DEZESSEIS E TRINTA, DOS SEGUINTES PROCESSOS
ABAIXO RELACIONADO(S):

1ª CÂMARA CÍVEL

0800966-27.2014.8.02.0900
AGRAVO DE INSTRUMENTO
CAPITAL
AGRATE :
MARIA HELENADO NASCIMENTO
AGRADO :
MUNICIPIO DE MACEIO
Entrada :25/09/2014 Retirada :26/09/2014
Devolução :01/10/2014 Saidap/ TJ 01/10/2014

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 25/09/2014
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
JOSE ARTUR MELO

2ª CÂMARA CÍVEL

0000615-08.2009.8.02.0013
REEXAME NECESSARIO
ARAPIRACA
REMETENTE :
JUIZO
PARTE :
BENEDITA ROSA DA SILVA
Entrada :29/09/2014 Retirada :30/09/2014
Devolução :01/10/2014 Saidap/ TJ 01/10/2014

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 29/09/2014
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
MARCOS BARROS MERO

3ª CAMARA CIVEL

0022671-03.2011.8.02.0001
APELAçãO CIVEL
CAPITAL
APETE :
FERNANDO ANTONIO CAVALCANTE CALHEIROS
APEDO :
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO DE ALAGOAS-
DETRAN
Entrada :25/09/2014 Retirada :26/09/2014
Devolução :01/10/2014 Saidap/ TJ 01/01/2014

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 25/09/2014
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
JOSE ARTUR MELO

CÂMARA CRIMINAL

0000868-22.2013.8.02.0056
APELAçãO CRIMINAL
UNIAO DOS PALMARES
APETE :
CRISTIANO FERREIRA DOS SANTOS
APEDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :25/09/2014 Retirada :26/09/2014
Devolução :01/10/2014 Saidap/ TJ 01/10/2014

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 25/09/2014
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

CÂMARA CRIMINAL

0712884-35.2013.8.02.0001
RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
CAPITAL
RECORRENTE:
EDUARDO ALVES GONçALVES
RECORRIDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :25/09/2014 Retirada :26/09/2014
Devolução :01/10/2014 Saidap/ TJ 01/10/2014

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 25/09/2014
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

CÂMARA CRIMINAL-HC

0802841-16.2014.8.02.0000
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL
CAPITAL
PACIENTE :
ORLANDO OLIVEIRA ARAUJO
:

Entrada :30/09/2014 Retirada :30/09/2014
Devolução :01/10/2014 Saidap/ TJ 01/10/2014

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 30/09/2014
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUA

CÂMARA CRIMINAL-HC

0802737-24.2014.8.02.0000
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL
ARAPIRACA
PACIENTE :
ALEX BRAZ ALMEIDA DA SILVA
:

Entrada :18/09/2014 Retirada :19/09/2014
Devolução :01/10/2014 Saidap/ TJ 01/10/2014

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 18/09/2014
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

CÂMARA CRIMINAL-HC

0802816-03.2014.8.02.0000
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL
CAPITAL
PACIENTE :
AFRIKA LUANA WANDERLEY SILVA
:

Entrada :25/09/2014 Retirada :26/09/2014
Devolução :01/10/2014 Saidap/ TJ 01/10/2014

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 25/09/2014

Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

CÂMARA CRIMINAL-HC

0802930-39.2014.8.02.0000
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL
CAPITAL
PACIENTE :
JEFFERSON DO NASCIMENTO LIMA
:

Entrada :25/09/2014 Retirada :26/09/2014
Devolução :01/10/2014 Saidap/ TJ 01/10/2014

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 25/09/2014
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

TRIBUNAL PLENO CÍVEL

0000917-37.2013.8.02.0000
RECURSO ESPECIAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO
RIO LARGO
RECORRENTE:
MINISTERIO PUBLICO
RECORRIDO :
ANTONIO LINS DE SOUZA FILHO
Entrada :25/09/2014 Retirada :25/09/2014
Devolução :01/10/2014 Saidap/ TJ 01/10/2014

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 25/09/2014
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL

0002193-40.2012.8.02.0000
AçAO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINARIO
RIO LARGO
AUTOR :
MINISTERIO PUBLICO
REU :
ANTONIO LINS DE SOUZA FILHO
Entrada :19/09/2014 Retirada :19/09/2014
Devolução :01/10/2014 Saidap/ TJ 01/10/2014

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 19/09/2014
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL

0002315-53.2012.8.02.0000
RECURSO EXTRAORDINARIO EM AçAO PENAL
CAPITAL
RECORRENTE:
ANTONIO LINS DE SOUZA FILHO
RECORRIDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :25/09/2014 Retirada :25/09/2014
Devolução :01/10/2014 Saidap/ TJ 01/10/2014

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 25/09/2014
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL

0500033-50.2010.8.02.0001
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINARIO
EM APELAçAO CRIMINAL
CAPITAL
AGRAVANTE :
TALLES DA SILVA DE SOUZA
AGRAVADO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :25/09/2014 Retirada :25/09/2014
Devolução :01/10/2014 Saidap/ TJ 01/10/2014

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 25/09/2014
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL

0000864-27.2011.8.02.0000
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL EM AçAO PENAL
CAPITAL
AGRAVANTE :
LUCAS QUEIROZ ABUD
AGRAVADO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :26/09/2014 Retirada :26/09/2014
Devolução :01/10/2014 Saidap/ TJ 01/10/2014

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 26/09/2014
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL

0007118-62.2001.8.02.0001
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL EM APELAçAO
CAPITAL
AGRAVANTE :
JAIME PEREIRA DE MELO FILHO
AGRAVADO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :26/09/2014 Retirada :26/09/2014
Devolução :01/10/2014 Saidap/ TJ 01/10/2014

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 26/09/2014
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

==========
TANIA MARIA GOMES
ASSESSORA ADMINISTRATIVA
==========

Protocolo 99924

==========
PROTOCOLO GERAL
==========
AO(S) '01' DIA(S) DO MÊS DE OUTUBRO O FUNCIONÁRIO
COMPETENTE DO SETOR DE PROTOCOLO, ENCAMINHOU ATÉ
AS 13:30, OS SEGUINTES PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS:
##
Proc. 4199/2014
Interessado:
SATEAL - SINDICATO DOS AUXILIARES E TÉCNICOS DE ENFERMAGEM NO ESTADO DE ALAGOAS
Natureza:
DENUNCIA
Assunto:

SOLICITANDO PROVIDENCIAS.
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 4203/2014
Interessado:
DR. FLAVIO GOMES DA COSTA NETO,PROMOTOR DE JUSTIÇA
Natureza:
REQ. PUBLICACAO NO D. O. E.
Assunto:
PUBLICAÇÃO NO DOE-AL
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 4207/2014
Interessado:
JUIZO DE DIREITO DA 12ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL
Natureza:
REQ. DESIGNACAO DE PROMOTOR DE JUSTICA
Assunto:
DESIGNAÇÃO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 4208/2014
Interessado:
JUIZO DE DIREITO - 5ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL
Natureza:
REQ. PROVIDENCIAS
Assunto:
REQUERENDO PROVIDENCIAS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 4195/2014
Interessado:
MINISTERIO PUBLICO DE CONTAS , PROCURADORIA-GERAL, ESTADO DE ALAGOAS
Natureza:
INFORMANDO AO PROCURADOR-GERAL
Assunto:
INFORMANDO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 4205/2014
Interessado:
JUIZO DE DIREITO DA 6ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL
Natureza:
ENCAMINHANDO INQ. POLICIAL
Assunto:
ENCAMINHANDO DOCUMENTO.
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 4206/2014
Interessado:
JUÍZO DE DIREITO - 10ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL
Natureza:
REQ. DESIGNACAO DE PROMOTOR
Assunto:
DESIGNAÇÃO DE PROMOTOR
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 4201/2014
Interessado:
DR. ALBERTO FONSECA, PROMOTOR DE JUSTIÇA
Natureza:
REQ. PUBLICACAO NO D. O. E.
Assunto:
SOLICITANDO PROVIDENCIAS.
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 4204/2014
Interessado:
SIGILOSO
Natureza:
ENCAMINHANDO DENUNCIAS
Assunto:
DENUNCIA
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 4210/2014
Interessado:
DRA. JANE BRAGA QUIRINO LIMA,PROMOTORA DE JUSTIÇA
Natureza:
REQ. AFASTAMENTO DE SUAS FUNCOES
Assunto:
AFASTAMENTO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 4209/2014
Interessado:
DRA. JANE BRAGA QUIRINO LIMA,PROMOTORA DE JUSTIÇA
Natureza:
INFORMANDO AFASTAMENTO DE SUAS FUNCOES
Assunto:
AFASTAMENTO
Remetido para:
CORREGEDORIA GERAL
##
Proc. 4211/2014
Interessado:
DRA. JANE BRAGA QUIRINO LIMA,PROMOTORA DE JUSTIÇA
Natureza:
REQ. AFASTAMENTO DE SUAS FUNCOES
Assunto:
AFASTAMENTO
Remetido para:
DIRETORIA DE PESSOAL
##
Proc. 4213/2014
Interessado:
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS
Natureza:
REQUERENDO AO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
Assunto:
REQUERENDO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 4212/2014
Interessado:
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS
Natureza:
PUBLICACAO DE PORTARIA
Assunto:
PUBLICAÇÃO NO DOE-AL
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 4214/2014
Interessado:
ANDRESSA DE FREITAS SANTOS, TÉCNICA DO MINISTERIO PUBLICO
Natureza:
ABONO DE FALTAS
Assunto:
ABONO DE FALTAS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 4215/2014
Interessado:
PAULA GONÇALVES SARMENTO
Natureza:
SOLICITA ADESAO
Assunto:
SOLICITANDO ADESÃO AO TAC
Remetido para:
PROMOTORIA DE JUSTICA COLETIVA ESPECIALIZADA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

##
Proc. 4216/2014
Interessado:
ALEX DI MARTELLA ORSI - MAJ QOC PM, SUBCOMANDANTE DO BPA
Natureza:
INDICACAO DE NOMES
Assunto:
INDICAÇÃO DE NOME
Remetido para:
4A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL
##
Proc. 4217/2014
Interessado:
MARIA EDVANIA FLOR DA SILVA SANTOS
Natureza:
ENCAMINHANDO DENUNCIA
Assunto:
DENUNCIA
Remetido para:
PROMOTORIA DE JUSTICA COLETIVA ESPECIALIZADA DE DEFESA DO CONSUMIDOR
##
Proc. 4218/2014
Interessado:
MARCELA CARINE CABRAL DE OLIVEIRA
Natureza:
RESPONDENDO OFICIO
Assunto:
RESPOSTA AO OFÍCIO
Remetido para:
PROMOTORIA DE JUSTICA COLETIVA ESPECIALIZADA DE DEFESA DO CONSUMIDOR
##
Proc. 4219/2014
Interessado:
DR. SERGIO EDUARDO SIMOES, PROMOTOR DE JUSTICA
Natureza:
REQUERENDO SUBSTITUICAO E DISPENSA
Assunto:
REQUERENDO SUBSTITUIÇÃO E DISPENSA
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 4202/2014
Interessado:
GERSON PACHECO DA SILVA NETO, CHEFE DE GABINETE, 10ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA
Natureza:
REQ. INSTALACAO DE LINHA TELEFONICA
Assunto:
REQUERENDO INSTALAÇÃO DE LINHA TELEFÔNICA E APARELHO TELEFÔNICO
Remetido para:
DIRETORIA GERAL
##
Proc. 4220/2014
Interessado:
MOISÉS SOARES DE SOUZA
Natureza:
COMUNICA E SOLICITA PROVIDENCIA
Assunto:
SOLICITANDO PROVIDENCIAS.
Remetido para:
PROMOTORIA DE JUSTICA COLETIVA DA FAZENDA ESTADUAL
##
Proc. 4221/2014
Interessado:
MINISTERIO PUBLICO FEDERAL/PROCURADORIA DA REPUBLICA EM ALAGOAS
Natureza:
REMETENDO AUTOS
Assunto:
REMESSA DE AUTOS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##

RANULFO PAES ARAUJO
ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA

==========

Protocolo 99930

Promotorias de Justiça

PORTARIA nº 003/2014 - 24ª PJC

A 24ª Promotora de Justiça da Capital, com atribuição para o velamento de fundações e demais entidades de interesse social, adiante firmada;

1. Ao considerar o contido nos artigos 127 caput e 129, incisos II, III e VI da Constituição Federal;
2. Ao considerar o contido no Anexo II, da Lei nº 6.339, de 28 de novembro de 2002, que estabelece ser função das Promotorias de Justiça de Fundações a fiscalização das fundações de direito privado e demais entidades de interesse social;
3. Ao considerar que a APAE MACEIÓ é entidade privada, sem fins lucrativos, regida pelo Código Civil Brasileiro, que desenvolve atividades de relevante interesse social, sendo mantida também pela contribuição de pessoas físicas e jurídicas, além de manter parcerias com entidades com fins lucrativos e ter serviços mantidos pelo poder público;
4. Ao considerar que no dia 18 de maio de 2014, um dia de domingo, foi publicada no Jornal Gazeta de Alagoas foto do senhor Léo Loureiro (Alesson Loureiro Cavalcante), homenageando-o pelo seu aniversário, tendo como responsável pela divulgação a APAE Maceió-AL; (Foto da homenagem em anexo).
5. Ao considerar ainda, que o dito senhor encontra-se no site "eleições 2014" da Web como candidato a deputado estadual, não sendo das finalidades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais divulgar pessoas ou pagar homenagens através de veículo de comunicação dispendioso, já que a entidade solicita doação e voluntários em seu site, estando definida na Web da seguinte maneira:

Apae
A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais é uma associação em que, além de pais e amigos dos excepcionais, toda a comunidade se une para prevenir e tratar a deficiência e promover o bem estar e desenvolvimento da pessoa com deficiência.
http://pt.wikipedia.org/wiki/APAE

6. Resolve esta Promotora, instaurar Procedimento Administrativo Preliminar para apurar se a mencionada publicação foi paga pela entidade e quem foi o responsável, e se não foi, quem autorizou o uso do nome da APAE neste episódio.

7. Para tanto, determina:

a) Seja a Diretoria da Associação APAE-MACEIÓ notificada para apresentar, no prazo de dez dias, informações sobre o contido nesta portaria, bem assim cópia do recibo de pagamento do serviço de divulgação, cópia do estatuto em vigor da Entidade, cópia das Atas das Assembleias Gerais das últimas duas eleições e nomes com qualificação, dos atuais dirigentes e conselheiros, certidões de regularidades com a Receita Federal, Estadual e Municipal, INSS, FGTS e Leis de Utilidade Pública que possuírem;
b) Seja oficiada a empresa Gazeta de Alagoas (Jornal) para informar se foi emitido recibo de serviço em nome da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE, referente a publicação mencionado nesta Portaria, encaminhando-se cópia contendo a data da divulgação.

8. Deixo de solicitar publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado, em face de a APAE se manter, em parte, com doação de populares, podendo nesse momento de apuração preliminar prejudicar sua arrecadação e manutenção.
Publique-se nesta Promotoria.
Cumpra-se.

Maceió 18 de Agosto de 2014.

FAILDE SOARES FERREIRA DE MENDONÇA
24ª PROMOTORA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

Protocolo 99926

O Coordenador da Promotoria de Justiça Coletiva Criminal de Atribuição Não Privativa da Capital, Promotor de Justiça Dr. Givaldo de Barros Lessa, distribuiu, nesta data, os processos administrativos que ora tramitam no núcleo da Promotoria de Justiça Coletiva Criminal de Atribuição Não Privativa da Capital:

PROMOTOR: DR.CLAÚDIO JOSÉ BRANDÃO SÁ
PROCESSO: 2804/2014-PGJ
INTERESSADO: Ricardo Antônio De Barros Wanderley.
ASSUNTO: Remetendo Informações.

PROMOTORA: DRA. MYRIA TAVARES PINTO CARDOSO FERRO
PROCESSO: 2420/2014-PGJ
INTERESSADO: Sindicato dos Agentes Penitenciários.
ASSUNTO: Representação.

PROMOTORA: DRA. MARLUCE FALCÃO DE OLIVEIRA
PROCESSO: 2653/2014-PGJ
INTERESSADO: Tribunal Regional do Trabalho- 19° Região
ASSUNTO: Remessa de Cópias de Informação.

PROMOTOR: DR. GIVALDO DE BARROS LESSA.
PROCESSO: 2575/2014-PGJ
INTERESSADO: Ministério Público Federal - Procuradoria da República
ASSUNTO: Pedido de Providências.

PROMOTORA: DRA. NEIDE MARIA CÂMELO DA SILVA
PROCESSO: 111/2014-PJCCANP
INTERESSADO: Agência Nacional de Petróleo.
ASSUNTO: Pedido de Providências.
.
PROMOTOR: DR. ELICIO ANGELO DE AMORIM MURTA
PROCESSO: 2919/2014-PGJ
INTERESSADO: Karsten Andreas Rohde.
ASSUNTO: Solicitando Providências.

PROMOTOR: DR.CLAÚDIO JOSÉ BRANDÃO SÁ
PROCESSO: 2955/2014-PGJ
INTERESSADO:Ministério Público Federal.
ASSUNTO: Encaminhamento de cópia de IPL.

PROMOTORA: DRA. MYRIA TAVARES PINTO CARDOSO FERRO
PROCESSO: 2943/2014-PGJ
INTERESSADO: Departamento Estadual de Trânsito- DETRAN/AL
ASSUNTO: Remetendo Informações.

PROMOTORA: DRA. MARLUCE FALCÃO DE OLIVEIRA
PROCESSO: 2997/2014-PGJ
INTERESSADO: American Films do Brasil.
ASSUNTO: Encaminhando Informações.

PROMOTOR: DR. GIVALDO DE BARROS LESSA.
PROCESSO: 2746/2014-PGJ
INTERESSADO: Departamento da Polícia Federal.
ASSUNTO: Pedido de Providências.

PROMOTORA: DRA. NEIDE MARIA CÂMELO DA SILVA
PROCESSO: 2707/2014-PGJ
INTERESSADO: Procuradoria da República em Alagoas.
ASSUNTO: Remetendo Informações.

PROMOTOR: DR. ELICIO ANGELO DE AMORIM MURTA
PROCESSO: 2770/2014-PGJ
INTERESSADO: Ricardo Antônio De Barros Wanderley.
ASSUNTO: Solicitando Providências.

PROMOTOR: DR.CLAÚDIO JOSÉ BRANDÃO SÁ
PROCESSO: 3257/2014PGJ
INTERESSADO: Tribunal Regional do Trabalho - 19° Região.
ASSUNTO: Distribuição por dependência.

PROMOTORA: DRA. MYRIA TAVARES PINTO CARDOSO FERRO
PROCESSO: 3049/2014-PGJ
INTERESSADO: MPF - Procuradoria da República em Alagoas.
ASSUNTO: Pedido de Providências.

PROMOTORA: DRA. MARLUCE FALCÃO DE OLIVEIRA
PROCESSO: 3087/2014-PGJ
INTERESSADO: Juízo de Direito de 20° Vara Cível da Capital.
ASSUNTO: Remessa de Documentos.

PROMOTOR: DR. GIVALDO DE BARROS LESSA.
PROCESSO: 2991/2014-PGJ
INTERESSADO: Agência Nacional de Petróleo.
ASSUNTO: Remetendo Informações.

PROMOTORA: DRA. NEIDE MARIA CÂMELO DA SILVA
PROCESSO: 123/2014-PJCCANP
INTERESSADO:32° Promotoria de Justiça da Capital.
ASSUNTO: Pedido de Providências.

Maceió/AL,08 de setembro de 2014.

GIVALDO DE BARROS LESSA
Promotor de Justiça
Coordenador da PJCCANP

Protocolo 99803

Proc. Nº PGJ-3421/2014.

PORTARIA 4ªPJC Nº 28/2014

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através da 4ª Promotoria de Justiça da Capital, em face de representação formulada pelo Sr. Luis Orlando Macias Areas e o Sr. Luis Cláudio Lima Castello Branco cujo objeto é o manejo de roupas infectantes e lixo hospitalar em área pública realizados pelo Hospital UNIMED, desta forma, em desconformidade com as normas de segurança necessárias à preservação da saúde dos cidadãos e do meio ambiente.

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público tomar todas as medidas necessárias para a implementação do equilíbrio urbano, sejam elas positivas (provocando o Poder Público para a elaboração de planos, controlando a omissão pública e privada), sejam elas negativas (coibindo condutas dos diversos agentes envolvidos que de alguma forma intentem contra seus princípios) .

CONSIDERANDO que o Poder Público, dentre outras tarefas, tem o dever de combater a poluição em qualquer de suas formas (CF, art. 23, inc. VI); e controlar o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente (CF, art. 225, § 1.º, V).

CONSIDERANDO a exigência legal de Autorização Ambiental Municipal para as atividades ou empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores ou degradantes do meio ambiente (art. 34 da Lei Municipal nº 4.548, de 21 de novembro de 1996 - Código Municipal de Meio Ambiente de Maceió);

CONSIDERANDO a existência de interesse do Ministério Público na apuração dos fatos, com o objetivo de implementação das medidas de âmbito civil preconizadas pelo art. 129, inciso III da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal prevê a sujeição dos degradadores do meio ambiente a imposição de sanções penais e administrativas, além da obrigação de reparar os danos causados (CF art. 225, § 3.º).

CONSIDERANDO que a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81, art. 14, § 1.º) prevê a imposição, a todo e qualquer degradador do meio ambiente, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados, independentemente de existência de culpa.

RESOLVE:

com espeque no art. 129, III, da Constituição Federal; art. 6º, I, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996; art. 2º, II, da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, instaurar o presente

INQUÉRITO CIVIL,

promovendo as diligências necessárias e passando a adotar as seguintes providências:

1 - Autuação e registro da presente Portaria no Livro de Registro competente;

2 - Comunicação da instauração do presente inquérito civil, através de ofício, ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, ao teor do art. 1º, § 2º, da Resolução nº 01/96, da PGJ, bem assim ao Exmo. Diretor do 1º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público;

3 - Requisição de perícia de constatação de dano ambiental ao Exmo. Sr. Secretário Municipal de Proteção ao Meio Ambiente, com respostas aos quesitos a serem formulados, bem como de informações acerca da adequação do empreendimento com as normas urbanísticas ao Secretário Municipal de Controle e Convívio Urbano;

4 - Juntada aos autos da representação formulada e demais documentos.

5 - Designa-se o dia 20 de outubro de 2014, às 09:00 horas, para realização de audiência objetivando propor ajuste de conduta às exigências legais, notificando-se SEMPMA, SMCCU, investigado e representante.

6 - Por fim, oficie-se ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, solicitando a publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas, na forma do art. 7º da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 01 de setembro de 2014.

ALBERTO FONSECA
Promotor de Justiça

Protocolo 99811